

PÁLSSON, Gísli. 2007. *Anthropology and the new genetics*. Nova York: Cambridge University Press. 268pp.

Verlan Valle Gaspar Neto

Doutorando em antropologia social – UFF

Ricardo Ventura Santos

Pesquisador titular da Escola Nacional de Saúde Pública/ Fiocruz, professor associado do Museu Nacional/UFRJ

No momento em que a imprensa mundial noticia o nascimento da primeira criança imunizada contra alguns tipos de câncer, procedente de um embrião pré-selecionado geneticamente em laboratórios ingleses, e em que a árvore genealógica do recém-empossado presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, tornou-se alvo de sensacionalismos para exaltar ainda mais sua condição afroamericana, a leitura de *Anthropology and the new genetics*, do antropólogo islandês Gísli Pálsson, mostra-se oportuna justamente por abordar questões que desafiam os limites estabelecidos entre as ciências humanas e naturais.

No trabalho, que poderíamos tomar como uma antropologia da ciência e que inevitavelmente remete às proposições de Bruno Latour, Pálsson discute os impactos

das recentes “descobertas” dos estudos genômicos (a chamada “new genetics” ou “nova genética”) sobre temas caros ao pensamento socioantropológico, tais como parentesco, etnicidade, raça, cidadania, mídia, ética, entre outros. Trata-se de uma reflexão crítica a respeito do imaginário que vem se criando desde algum tempo sobre o potencial do conhecimento genético, tanto no *métier* científico quanto entre o público leigo. Baseado em estudos realizados pelo autor durante praticamente mais de uma década, o livro é abastecido com informações provenientes de material lançado na mídia mundial sobre os principais eventos envolvendo a criação de bancos de dados genéticos ao redor do mundo e outras coletadas no trabalho de campo realizado em seu país de origem junto a uma empresa responsável pelo desenvolvimento de pesquisas genéticas.

Um dos pilares sobre os quais se edifica o livro é a crítica endereçada ao modelo dualista propalado pela ciência contemporânea, que separa radicalmente a natureza da cultura, modelo este presente clara e particularmente na ausência de diálogo entre dois dos principais ramos da antropologia, o biológico e o social e/ou cultural. Para o autor, tal concepção dicotômica dos objetos de estudo e da realidade favorece explicações unilaterais para certos fenômenos que, mediante os impactos causados pelo desenvolvimento das pesquisas nos campos da genética, da biomedicina e da biotecnologia – só para citarmos alguns – carecem de análises suficientemente integradas para dar conta de sua complexidade.

A independência teórica e prática experimentada pelas ciências da natureza desde alguns séculos possibilitou-lhes a criação de um espectro de atuação calcada numa pretensa legitimidade que afirma serem os seus objetos de estudo fenômenos isolados dos contextos

sociopolíticos nos quais são estudados e mesmo produzidos. Segundo Pálsson, diante de tal quadro cabe à antropologia um papel central, por meio de seus estudos etnográficos, na reavaliação crítica das iniciativas biomédicas ao redor do mundo, devendo ela mesma, para tanto, rever as fronteiras que se autoimpôs em relação aos demais campos científicos e a suas subdivisões internas.

O trabalho etnográfico de Pálsson tem como ponto de partida a criação de um banco de dados genéticos na Islândia no final da década de 90. Na ocasião, o governo islandês concedeu à deCODE genetics, uma empresa privada, o direito de estruturar e administrar o banco, além de desenvolver pesquisas na área biomédica com vistas ao mapeamento genético de doenças comuns entre a população. Com isso, esperavam-se avanços na saúde com base na criação de medicamentos e terapias gênicas que levassem em consideração o perfil genômico específico dos islandeses. Em paralelo, e muitas vezes com inspiração no caso islandês, a ideia se alastrou por várias partes do mundo, com diversos países instituindo projetos similares. Como se nota ao longo da leitura de *Anthropology and the new genetics*, o interesse do autor em relação a esses projetos ultrapassa a mera descrição. Pálsson enfoca também as implicações decorrentes dos usos e enunciados dos cientistas no que tange ao mapeamento e à manipulação do material genético. Assim, ele aponta instigantes desafios para a antropologia contemporânea, sendo um deles a importância da etnografia no mapeamento crítico das pesquisas genéticas nas últimas décadas. Para Pálsson, a antropologia apresenta condições teóricas e metodológicas de explorar e analisar o impacto derivado do conhecimento e das tecnologias genômicas sobre a vida cotidiana das pessoas, atentando as representações e avaliações que lhes

são pertinentes e qual sua importância para as reflexões sobre temas os mais diversos.

Outro desafio para a antropologia é a análise das proposições teóricas por trás dos veredictos científicos. Como são estabelecidas as representações que envolvem a nova genética por parte dos especialistas? A quais dimensões do imaginário coletivo elas aludem e de que maneira o influenciam? Tentar responder estas questões mostra-nos por exemplo que, embora bombardeadas por inúmeras informações sobre as descobertas no campo da genética – como o caso da baixa variabilidade genômica entre as populações humanas –, muitas pessoas em diferentes partes do mundo permanecem afeitas a construções ideológicas sobre o papel da biologia na constituição de grupos geneticamente isolados, especialmente quando relacionado à ideia de “raça”. Segundo Pálsson, este é um dado curioso que exige a retomada do projeto filosófico antropológico, ou seja, pôr em discussão, por meio da perspectiva comparativa, as visões universalistas sobre os fenômenos humanos. No entanto, a superação deste último desafio só se realizará quando antropólogos biológicos e sociais e/ou culturais reconhecerem igualmente que os humanos são seres culturais e biológicos ao mesmo tempo.

O livro é subdividido em oito capítulos: um introdutório, seis temáticos e um conclusivo. Dos temáticos podemos extrair várias considerações importantes, como a discussão sobre o papel da moderna biotecnologia no mapeamento genético humano e os limites e alcances do “genocentrismo”, presentes no segundo capítulo. A contrapartida empírica deste intento é uma descrição acurada das atividades desenvolvidas pela deCODE genetics, na Islândia. Como a maior parte dos bancos de dados genéticos conjuga amostras de material biológico, registros médicos

e genealogias familiares, interligando as três fontes de informação, o terceiro capítulo explora como as concepções de parentesco ao redor do mundo têm se renovado e se redefinido com base nos preceitos biogenéticos difundidos por estas instituições.

O quarto capítulo discute o papel dos bancos de registros médicos e biológicos no contexto atual das pesquisas genéticas, avaliando como os materiais biológicos humanos são trocados, armazenados e registrados (os chamados *biobankings*) em diferentes partes do mundo. Para isso, são descritas e comparadas experiências em sete países: Islândia, Tonga, Suécia, Estônia, Reino Unido, Canadá e Taiwan. A despeito das diferenças entre elas, como demonstra Pálsson, é possível identificar instâncias de genetiização de noções como parentesco, cidadania e nacionalidade.

Os debates públicos sobre os projetos genéticos e os problemas relacionados à bioética são os pontos centrais do quinto capítulo, em que Pálsson defende o emprego do conceito de “paisagens morais” como ferramenta útil às análises comparativas sobre o assunto, posto que – é importante reconhecer – diferentes contextos culturais são caracterizados por atitudes diversas face aos produtos oriundos da biotecnologia, aos usos de determinadas partes do corpo e aos valores atribuídos a elas. Este último ponto, com efeito, guarda íntima relação com o crescente processo de mercantilização do material genético, observável nas disputas envolvendo os grandes projetos de mapeamento genético em nível internacional. No capítulo 6, ao retratar o debate público suscitado pelas querelas envolvendo o Projeto Genoma Humano e a Celera Company na década passada, o antropólogo islandês mostra que se por um lado a apropriação dos genomas e de informações correlatas pode ser

entendida como fortalecimento da ideia de biovalor, por outro fica difícil estabelecer formas universalmente aceitas para sua avaliação e implementação prática. Este é o caso dos registros genealógicos, considerados inalienáveis para algumas sociedades, enquanto para outras, como a islandesa, se encaixam mais na perspectiva do domínio público.

O capítulo 7 discorre sobre a relação de mútua influência entre a nova genética e as concepções de história e variabilidade biológica humana por meio de conceitos como "raça", comunidade e populações isoladas. Por exemplo, na década de 90 o controverso (e hoje defunto) Projeto Diversidade Genoma Humano, por meio de amostras recolhidas junto a populações "isoladas", contribuiu, apesar da ênfase na ideia de variabilidade, para que crenças em essências e fronteiras ressurgissem. Além disso, ainda que a genômica dê pouco respaldo ao conceito de "raça", ele tem se mostrado recorrente nos debates envolvendo a aplicação dos estudos genéticos no campo da saúde, uma vez serem cada vez mais comuns notícias relatando pesquisas que exploram doenças étnicas com o intento de criar medicamentos específicos para combatê-las, os chamados "medicamentos étnicos".

Portanto, *Anthropology and the new genetics* trata de temas clássicos e novos para a antropologia. Seu diferencial está na tentativa de superar barreiras estabelecidas entre as ciências humanas e naturais ao demonstrar o quanto há de social e biológico nos objetos que ambos os domínios partilham. O exercício de uma "antropologia genômica" – epíteto cunhado por Pálsson para exprimir seu desejo de ver a antropologia biológica e a sociocultural reunidas – talvez possa proporcionar uma compreensão mais rica da proliferação de híbridos que marca o projeto de modernidade inacabado do mundo

ocidental (aqui mais uma vez invocando Latour) e que nas últimas décadas vem sendo impulsionada pela nova genética. Diante disto, apesar dos desafios que um projeto desta envergadura impõe mediante a distribuição dos saberes em esferas autocontidas, ele nos mostra que bebês geneticamente selecionados carregam, além de seus genes, escolhas culturais. Demonstra, também, que a importância histórica assumida pela avó de Barack Obama é devida, em parte, à suposta herança genética transmitida ao neto, principalmente no que concerne à pigmentação epitelial. Os híbridos estão aí, por toda parte, inclusive dentro de nós.